



RELATÓRIO FINAL

**FAPEU
Florianópolis, 2016**

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**

**PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Dilma Roussef**

**MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Armando Monteiro Neto**

**SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO
Carlos Augusto Grabois Gadelha**

**DIRETOR DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL
Ígor Nogueira Calvet**

**COORDENADORA-GERAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
Gabriela Maretto Figueiredo**

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Esplanada dos Ministérios, Bloco "J"
Brasília, DF, 70053-900
Telefone: +55 (61) 2027-7000**

COMISSÃO ORGANIZADORA

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Armando Monteiro Neto - Ministro

Carlos Augusto Grabois Gadelha – Secretário de Desenvolvimento da Produção

Ígor Nogueira Calvet – Diretor de Competitividade Industrial

Gabriela Maretto Figueiredo – Coordenadora-Geral de APLs

Equipe Técnica/MDIC

Ana Caroline Suzuki Bellucci –
Coordenadora Geral da CGAE

Alessandra Ribeiro de Moraes –
Analista Técnico Administrativo

Ricardo Batista Carneiro – Analista
Técnico Administrativo

Fabiany Maria Made Vellasco – Analista
Técnico Administrativo

Iedo Brito da Silva – Analista Técnico
Administrativo

Ana Prata Girão – Assistente

Gabriela de Souto Weber – Agente
Administrativo

Telma de Oliveira – Agente
Administrativo

Márcio Gomes de Oliveira – Analista
Técnico - Programador

Márcio Cristiano da Silva da Rocha –
Agente Administrativo

Eduardo de Avelar Solano Martins –
Analista Técnico Administrativo

Karen Cristina Oldoni da Silva (MDIC) –
Analista de Comércio Exterior

Felipe Araújo Guedes – Estagiário

Gabriela Schmidt Campos M. da Silva –
Estagiária

Karen Linhares de Araújo – Estagiária

Gleice Izabel de Azevedo – Estagiária

ASCOM - Assessoria De Comunicação/MDIC

Rachel Adiene da Costa Porfirio – Assessora Especial

Marina Ferreira Paz Rebuá – Analista Técnico Administrativo

Camila Fernanda Monteiro – Chefe de Divisão

Washington Conceição da Costa – Assistente Técnico

Davi Herold Carvalhedeo – Agente Administrativo

Sandro do Carmo Lima – Jornalista

Roberto Studart Filho – Analista Técnico Administrativo

GTPAPL - Grupo De Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - Comissão Organizadora

Carlos Augusto Grabois Gadelha
(MDIC)

Gabriela Maretto Figueiredo (MDIC)

Ana Caroline Suzuki Bellucci (MDIC)

Alessandra Ribeiro de Moraes (MDIC)

Ricardo Batista Carneiro (MDIC)

Fabiany Maria Made Vellasco (MDIC)

Iedo Brito da Silva (MDIC)

Ana Prata Girão (MDIC)

Eduardo de Avelar Solano Martins
(MDIC)

Karen Cristina Oldoni da Silva (MDIC)

Oswaldo Spíndola (ABDI)

Jorge Boeira (ABDI)

Vandete Mendonça (ABDI)

Nathanne Henriques Mota (ABDI)

Manoel Carlos R. Franco Júnior (APEX-
Brasil)

Erondina Moura Sena (BASA)

Sálvio Abner Lima (BB)

Michelle Boaventura (BB)

Luciana Ferreira Avelar (BNB)

José Airton Mendonça de Melo (BNB)

Cassandra L. L. do Amaral (BNB)

Isabel Cavalcanti (BNDES)

Erick Peter Gouveia (BRADESCO)

Rivelino Berlezi (BRADESCO)

Anna Paula Cunha (CAIXA)

Beatriz Volpato Machado Pinto (CNPq)

Deise Batista Silva (CODEVASF)

Izabel Maria de Araújo Aragão
(CODEVASF)

Lucas de Freitas (CODEVASF)

Soraya C. Barrios de Araújo (EMBRAPA)

Valter A. Santos (FAPEU)

José Vinge (INMETRO)

Carlos Wagner de Albuquerque
Oliveira (IPEA)

Fabício Vieira Juntolli (MAPA)

Tássia de Melo Arraes (MCTI)

Mirlene Acioli (MCTI)

Sávio da Silva Costa (MDS)

Liza Uema (MDS)

Nilton Nélio Cometti (MEC)

Gisela Pereira Alves (MEC)

Marcos Carvalho de Santana (MI)

Morganna Mendes Pedrosa de
Oliveira (MI)

Thiago Arrais (MinC)

Jessica de F. Afonso (MinC)

Gustavo Vidigal (MinC)

José Augusto Vieira Costa (MME)

Enir Sebastião Mendes (MME)

Paulo Coutinho (MPOG)

Marco A. Carvalho Nascimento (MS)

Paulo Henrique D. Antonino (MS)

Letícia Mendes Ricardo (MS)

Julyana Alves da Silva (MS)

Kátia Torres (MS)

Valéria Monteiro do Nascimento (SCTIE
– MS)

Paula Bucchianeri de Nadai (SENAI)

Marcos Dias de Paula (SENAI)

Edmar Lopes Magalhães (SEPLANCTI -
AM)

José Sandro da M. Ribeiro (SEPLANCTI
- AM)

Djalma Bezerra Melo (SUDAM)

Luciana B. Caixeta Couto (SUDECO)

Carlos Henrique A. Filho (SUDECO)

Vera Lúcia Batista da Silva Assunção
(SUDENE)

Realização: FAPEU - Fundação De Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

Cleo Nunes de Sousa – Diretor Presidente

Oswaldo Momm – Diretor Financeiro

Abelardo Alves de Queiroz – Diretor de Projetos

Gilberto Vieira Ângelo – Superintendente

Elizabete Simão Flausino – Superintendente Adjunta

Valter Almerindo dos Santos – Coordenador do Projeto

Magda Ballejo Born – Consultora

Luciana Porto da Silva – Consultora

Equipe de Relatoria

Irapuan Paulino Leite – Coordenador

Marcelo Born de Jesus – Relator

Marina Sandrini Proner – Relatora

Mari Ângela Machado – Relatora

Cobertura do Evento – Imagem e Vídeo

Instituto Intercidadania

Patrocinadores

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério da Cultura

Ministério da Integração Nacional

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério do Turismo

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministério de Minas e Energia

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Bradesco

Instituto Euvaldo Lodi (IEL) / Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

Banco do Brasil

Caixa Econômica Federal

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Banco do Nordeste

Banco da Amazônia

Colaboração Especial

GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais

Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais.

Apresentação – Secretário MDIC

RESUMO

A 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais concentrou-se na interlocução e articulação dos diversos Arranjos Produtivos Locais entre si e as instituições públicas e privadas atinentes à matéria, ante a necessidade do trabalho conjunto desses agentes frente às questões econômicas, políticas e sociais enfrentadas na atual conjuntura do país, consubstanciando-se como Evento de grande importância para o debate do assunto. Dessa forma, objetivou-se, através dessa Conferência, a consolidação de uma política pública em caráter nacional que tome em consideração os obstáculos e as peculiaridades dos APLs brasileiros, ensejando na discussão conjunta e democrática entre os diversos atores sociais, políticos e econômicos relacionados à matéria. Atingindo os objetivos propostos através da realização de diversas palestras, oficinas, mesas temáticas, eventos paralelos e encontro de oportunidades, a 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais consolidou-se como importante Evento no âmbito das políticas relacionadas aos APLs, contribuindo substancialmente na construção da política destacada.

Palavras-chave: 7ª Conferência, Arranjos Produtivos Locais, Política Pública.

ABSTRACT

The 7th Brazilian Conference of Local Clusters focused on dialogue and coordination of the various Local Clusters between themselves and the public and private institutions related to this subject. It was based on the necessity of joint work of these agents regarding economic, social and political issues faced during the current situation in Brazil, consolidating itself as an event of great importance to this subject. This conference focused on the consolidation of a public policy on a national basis, taking into account the obstacles and the peculiarities of Brazilian Local Clusters, allowing for the joint and democratic discussion among the various social, political and economic actors related to this field. These goals were reached by conducting several lectures, workshops, thematic tables, side events and meeting opportunities. This way, the 7th Brazilian Conference of Local Clusters (APLs) was established as an important event in the context of policies related to Local Clusters, contributing substantially to the policy presented.

Keywords: 7th Conference, Local Clusters, Public Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI - Agência Brasileira do Desenvolvimento Industrial

APEX Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

APL – Arranjo Produtivo Local

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBAPL – Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais

CEF - Caixa Econômica Federal

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

IBGM – Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MI - Ministério da Integração Nacional

MinC - Ministério da Cultura

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério de Minas e Energia

MTur - Ministério do Turismo

NE – Núcleo Estadual

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PÚBLICO PARTICIPANTE.....	14
PROGRAMAÇÃO	16
O EVENTO	23
ATIVIDADES.....	25
ENCONTRO DOS NÚCLEOS ESTADUAIS	28
ABERTURA OFICIAL E PALESTRA MAGNA.....	30
DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS.....	34
INCLUSÃO SOCIAL.....	36
CASOS DE SUCESSO	40
DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS.....	40
MESAS TEMÁTICAS	42
EXTENSIONISMO.....	42
ECONOMIA DA CULTURA.....	45
CASOS DE SUCESSO	47
INCLUSÃO SOCIAL.....	47
MESAS TEMÁTICAS	49
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	49
COMPRAS GOVERNAMENTAIS.....	51
ACESSO AO MERCADO.....	51
PLANEJAMENTO NOS APLS: IMPORTÂNCIA E FORMAS	54
MOSTRA DE PRODUTOS DOS APLS.....	56
APLS EXPOSITORES.....	57
ENCERRAMENTO	65
CONCLUSÃO.....	66
IMAGENS DO EVENTO	67

INTRODUÇÃO

- **Contextualização e Justificativa**

O Arranjo Produtivo Local (APL¹) pode ser conceituado como a aglomeração de empresas com especializações produtivas localizadas em um mesmo território, com estreitos vínculos de interação entre si e com outros atores locais, representando a diversidade, a complexidade e a grandeza do país, tendo como origem os aglomerados empresariais e produtivos localizados no sudoeste da Itália e no Vale do Silício, nos Estados Unidos da América.

Salienta-se, em seu marco histórico, serem os APLs responsáveis pela reestruturação da Itália no pós-guerra, na década de 40, caracterizando-se pela concentração de micros e pequenas empresas de um mesmo segmento de forma a valorizar os produtos produzidos, agregando valor e investindo na exportação, contribuindo de forma decisiva para alavancar a economia daquele país.

Tendo em vista representarem um processo histórico, sociocultural e econômico, tem-se que no cenário nacional possibilitam o desenvolvimento territorial sustentável e solidário, focando a geração de renda através da cooperação desse conjunto de entidades dentro de uma concepção que leve em consideração as peculiaridades territoriais em que está inserido.

Tal conceito, assim, foi ampliado, tendo como principal força motriz de sua competitividade a capacidade de cooperação e interação.

Com produtos semelhantes, os APLs participam da mesma cadeia produtiva, utilizando insumos comuns, necessitando de tecnologias semelhantes e informações sobre os mesmos mercados, traduzindo-se esse diálogo em aprendizado, avanço tecnológico e ganho produtivo, acentuando a importância das empresas que os

¹ Informações e definições com base na fala do Excelentíssimo Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Armando Monteiro Neto na Abertura da 7ª CBAPL.

integram, ante a geração de empregos, a distribuição de rendas e a atenuação dos desequilíbrios regionais por si desenvolvidos.

Ao todo, existem no Brasil 687 (seiscentos e oitenta e sete) APLs, compreendendo 59 (cinquenta e nove) segmentos produtivos, o que abrange 40% dos municípios, gerando 03 (três) milhões de empregos diretos, constituindo uma significativa rede de inclusão social e produtiva.

Diante da importância dos APLs no desenvolvimento econômico e sustentável na micro e macro territorialidade em que se insere, necessita-se ampliar a abordagem das questões relacionadas à articulação institucional dos APLs, devendo essa agenda econômica e social figurar nas principais pautas do país, priorizando-se, com isso, as políticas para APLs em todo o território nacional.

- **Objetivos**

Com o enfoque delimitado acima, a 7ª CBAPL (Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais) – evento de caráter nacional - e cujo tema central foi: Dinamização das Cadeias Produtivas e Inclusão Social, tendo como objetivo o aprimoramento das políticas públicas e estimulação do desenvolvimento territorial, promovendo a troca de informações e de experiências entre os participantes do Evento, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento das empresas e empreendedores organizados em Arranjos Produtivos Locais, de forma a consolidar o desenvolvimento regional, inclusão social, melhores práticas de cadeias produtivas e interface entre políticas.

Assim, o Evento propiciou o trabalho conjunto entre todos os setores, públicos e privados, afetos aos APLs, contando com variados eventos e atividades reunidas em uma extensa programação, propiciando a interação de diversos atores econômicos e sociais, representados por instituições públicas e privadas, diretamente relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais espalhados pelo Brasil, objetivando o

desenvolvimento de uma política pública industrial nacional sustentável e que contribua para o desenvolvimento social e econômico do país.

- **Período e Local de Realização**

A 7ª CBAPL iniciou-se no dia 08 de dezembro de 2015 estendendo-se até o dia 10 de dezembro, contando com inúmeras atividades desenvolvidas, bem como exposição de produtos e serviços de diversos APLs. O local de realização do evento foi o Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília/DF - moderno e premiado centro de eventos do Distrito Federal.

- **Produtos e Atividades do Projeto**

As atividades realizadas ao longo da programação da 7ª CBAPL se consubstanciaram em pré-eventos, palestras, oficinas, mesas temáticas, eventos paralelos e encontro de oportunidades, ocorrendo todas essas atividades de forma paralela e, por vezes, simultânea.

Ademais, possibilitou-se, através da 7ª CBAPL, a exposição de produtos e serviços de inúmeros participantes, entre eles instituições públicas e privadas, bem como setores produtivos atinentes aos APLs.

PÚBLICO PARTICIPANTE

O público participante da 7ª CBAPL foi composto por empresários, representantes de associações de classes empresariais, governanças e gestores de APLs, agentes financeiros, acadêmicos, representantes dos Governos Federal,

Estaduais e Municipais, gestores técnicos governamentais, parceiros dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs e parlamentares, representando, ao todo, mais de 590 participantes.

Em relação às autoridades participantes da Conferência, ressalta-se a presença do Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, além da participação de 24 representantes dos Estados da Federação, bem como do Secretário de Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Augusto Grabois Gadelha; Presidente da Agência de Promoção de Exportações do Brasil, David Barioni Neto; Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Maria Lúcia de Oliveira Falcón; Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Guilherme Rosa Varela; Diretora do Departamento de Produção do Ministério do Meio Ambiente, Raquel Breda dos Santos; Assessor Especial do Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional, Irani Braga Ramos; Assessora da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Helena Maria Martins Lastres; Diretor de Desenvolvimento da Agência Brasileira do Desenvolvimento Industrial, Miguel Nery; Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria, Carlos Eduardo Abijaodi; Diretor Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Rafael Lucchesi; Superintendente Estadual do Banco do Brasil no Espírito Santo, José Amarildo Casagrande; Diretor do Departamento da Área de Produtos e Serviços do Bradesco, Antônio Gualberto Diniz; Diretor do Desenvolvimento Sustentável do Banco do Nordeste, Francisco das Chagas Soares; e Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Caio Tibério Dornelles da Rocha, entre outras importantes presenças e intervenções realizadas por participantes de diversos setores políticos e econômicos, destacando-se representantes de diversos APLs espalhados pelo território brasileiro.

PROGRAMAÇÃO



APL: Dinamização das Cadeias Produtivas e Inclusão Social

Local: Centro de Eventos Brasil 21

Data: 08 a 10/12/2015

Pré-eventos – 08/12/2015

08h às 18h

- XII Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e IX Encontro de Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral;
- Workshop Sobre Governança de APLs do Setor de Petróleo, Gás e Naval.

14h às 17h

- Encontro de Núcleos Estaduais;
- I Encontro de Territórios Criativos.

1º Dia – 09/12/2015

09h às 10h Café de Boas Vindas

10h às 11h Abertura Oficial e Pronunciamento das Autoridades Convidadas:

11h às 12h - Palestra Magna

Armando Monteiro, Ministro de Estado.

12h às 14h Almoço

14h às 16h

Auditório - Painel 1 – Dinamização das Cadeias Produtivas

- Carlos Augusto Grabois Gadelha, Secretário de Desenvolvimento da Produção/MDIC;
- Helena Lastres, Assessora da Presidência do BNDES;
- Robson Braga, Presidente da CNI;
- Marcelo Sáfadi Alvares, Diretor Executivo da APL EMBRAER Defesa & Segurança;
- Moderador – José Eduardo Cassiolato, membro da RedeSist/UFRJ.

16h às 16h30 Coffee Break e Apresentação Cultural

16h30 às 18h30

Auditório - Painel 2 – Inclusão Social

- Guilherme Varella, Secretário de Políticas Culturais/MinC;
- Maria Lúcia Falcón, Presidente do INCRA;
- Tiago Falcão, Secretário da Superação da Extrema Pobreza/MDS;
- Representante do APL de Castanha do Brasil – ACRE;
- Moderador – Tânia Bacelar, membro da Redesist/UFPE.

2º Dia – 10/12/2015

09h às 10h30

Auditório - **Casos de sucesso**

Auditório – Temática: Dinamização das Cadeias Produtivas

- Representante do APL de Confecções de Pernambuco;
- Representante do APL do Cordeiro de Tauá;
- Representante do APL Polo Naval Rio Grande do Sul;
- Cristina Lemos, Pesquisadora do BNDES.

Mesas Temáticas

Sala Santa Cruz 3 – Temática: Extensionismo

09h às 10h30

Mesas Temáticas

Sala Santa Cruz 2 – **Temática: Economia da Cultura**

- Georgia Nicolau, Secretária de Políticas Culturais do MinC;
- Genauto França Filho, Professora da UFBA;
- Naine Terena, Pesquisadora do projeto Territórios Criativos;
- Moderador – Representante da SPC/MINC.

Oficinas e Minicursos

Sala Santa Cruz 1 – Macroeconomia:

Apresentação de Trabalhos Científicos –

10h30 às 11h *Coffee Break* e Apresentação Cultural

11h às 12h30

Auditório - **Casos de sucesso**

Temática: Inclusão Social

- Representante do APL Algodão Colorido da Paraíba;
- Representante do APL Fitoterápico de Botucatu;
- Representante do APL de Fruticultura ES;
- Moderadora - Janine Mello, Diretora de Gestão e Acompanhamento do Brasil Sem Miséria do MDS.

11h às 12h30**Mesas Temáticas**

Sala Santa Cruz 2 – **Temática: Inovação e Tecnologia**

- Aline Figlioli, Superintendente de Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Fomento à Tecnologia da Informação/GO;
- Eduardo Jorge Valadares de Oliveira, Diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde/SCTIE/MS;
- Laís Silveira Costa, representante da ABDI;
- Representante do APL Ribeirão Preto – Fipase;
- Moderador – José Luís Gordon, Diretor de Planejamento e Gestão da EMBRAPPII.

11h às 12h30**Mesas Temáticas**

Sala Santa Cruz 3 – **Temática: Compras Governamentais**

- Mariano Laplane, Presidente do CGEE;
- Maria Luíza Campos Machado Leal, Diretora da ABDI;

- Joel Araújo da Silva, Representante da SEDENS/AC do Departamento de Compras Governamentais;
- Representante do APL Polo de Defesa de Santa Maria;
- Moderador – Igor Nogueira Calvet, Diretor de Competitividade Industrial/SDP/MDIC.

Oficinas e Minicursos

Sala Santa Cruz 1 – Comércio Eletrônico para APLs

12h30 às 14h Almoço

14h às 15h30 Apresentação das Instituições do GTP APL- Auditório

15h30 às 16h45

Mesas Temáticas

Sala Santa Cruz 3 – **Temática: Acesso ao Mercado**

- Helena Lastres, Assessora da Presidência do BNDES;
- Maurício Manfre, Gestor de Projetos da APEX;
- Representante do APL de Gesso de Araripinas;
- Representante do APL do Turismo Rota Pantanal Bonito;
- Moderador – Margarete Maria Gandini, Diretora do Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte/SDP/MDIC.

15h30 às 16h45**Mesas Temáticas**

Sala Santa Cruz 2 – **Temática Planejamento nos APLs: Importância e Formas**

- Carolina Lucena, Representante do IBGM;
- Manoel Gonzalo, Representante da RedeSist;
- Paulo Cavalcanti, Representante da RedeSist;
- Representante do APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano/GO;
- Moderador – Fábio Stallivieri, Assessor de Diretoria da EMBRAPPII.

Oficinas e Minicursos

- Sala Porto Seguro 3 – Ferramentas Abertas de Gestão (Software Livre).
- Sala Santa Cruz 1 – Avaliação do impacto de investimentos na cadeia de produtiva e região.

16h45 às 17h15 Encerramento - Auditório

- Marcos Otávio Bezerra Prates;
- Gabriela Maretto Figueiredo.

17h15 – Happy Hour de Encerramento e Apresentação Cultural**Eventos Paralelos**

2º dia das 09h às 15h30 - Evento Rotas da Integração

2º dia das 14h às 16h45 – Desenvolvimento de APL Petróleo, Gás e Naval – Convênio ABDI - Petrobras

O EVENTO

A 7ª CBAPL teve seu início no dia 08 de dezembro de 2015 estendendo-se até o dia 10 de dezembro, perpassando por temáticas diretamente relacionadas aos APLs brasileiros, consubstanciado em pré-eventos, palestras, oficinas, mesas temáticas, eventos paralelos e encontro de oportunidades, ocorrendo todos esses eventos de forma paralela e, por vezes, simultânea, a fim de conferir a esta Conferência o dinamismo que lhe é próprio, objetivando-se, com isso, a problematização desses Arranjos Produtivos frente à dinamização econômica e política vivida na atualidade, considerando a peculiaridade do atual cenário político vivido no Brasil.



Fonte: Instituto Intercidadania, 2015.

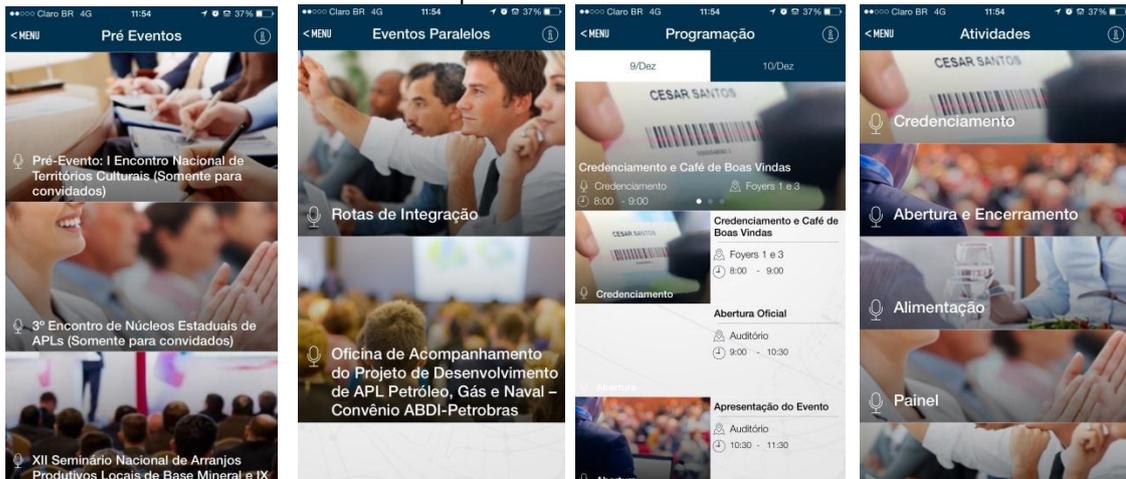
Durante a programação foram realizadas apresentações culturais, exposições de produtos e serviços e rodas de conversa, contando, a Conferência, ao todo, com cerca de 590 participantes do total de 792 inscrições realizadas via *site* do Evento, gerando mais de 150 empregos, diretos e indiretos, sendo que mais de 370 participantes baixaram e utilizaram o aplicativo do evento (vide descrição na pág. 14).

Ao início da Conferência, foi oferecido café de boas vindas aos presentes, *coffee break* ao longo de toda a programação entre os intervalos da realização das atividades, enquanto diversos APLs expunham seus produtos, tornando possível, de igual forma, a visita aos estandes dos patrocinadores, quais sejam: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Bradesco, Instituto Euvaldo Lodi, Confederação Nacional da Indústria, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Ministério da Cultura, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Turismo, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério de Minas e Energia e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; criando sinergia entre os participantes, os quais puderam interagir com os demais e conhecer os produtos expostos.

Uma inovação na 7ª CBAPL foi o desenvolvimento do aplicativo interativo contendo a programação do evento, informações acerca das atividades desenvolvidas durante a Conferência, opção de credenciamento via aparelho móvel de celular, interação dinâmica com o usuário através de *QR Codes* espalhados pelo evento, jogo digital APL, Sistema de Agendamento entre APLs e Instituições para o Encontro de Oportunidade, Integração do App com Redes Sociais (Rede Social APL, Facebook, Twitter, Instagram, entre outros), além de outras funcionalidades.

De igual forma, pelo sítio - <http://www.conferenciabrasileiraapl.com/> - criado especialmente para a realização da 7ª CBAPL, foram disponibilizadas informações pertinentes à Conferência e aos APLs, tais como conceitos, programação, palestrantes, inscrição, planta do evento, localização e staff, pontos de interesse, patrocinadores e conteúdo sobre o aplicativo interativo desenvolvido.

Aplicativo – 7ª CBAPL



Fonte: Instituto Intercidadania, 2015.

Seguindo as inovações tecnológicas que perpassaram o evento, o Portal de Games APL Brasil ganhou espaço na Conferência, com o intuito de promover capacitação para formuladores e executores de política, gestores e multiplicadores locais, empreendedores e agentes produtivos locais, contando com a articulação do Plano Nacional de Capacitação de APLs, auxiliando na implementação de habilidades e competências para a otimização dos processos, métodos e técnicas de gestão de APLs, de modo dinâmico e motivador, utilizando sistemas computacionais web, inclusive mobile.

Gameficação



Fonte: Instituto Intercidadania, 2015.

A 7ª CBAPL assentou-se como marco importante para a construção e o desenvolvimento de uma política nacional industrial que impulse o país frente ao atual cenário econômico, político e social, uma vez integrar e propiciar a discussão entre os diversos atores relacionados aos APLs quanto aos desafios e dificuldades enfrentados nesse setor. Assim, possibilitou-se o alcance desse objetivo através da partilha de conhecimentos e experiências, quais têm como fonte de intermediação dos agentes respectivos os diversos eventos realizados na 7ª CBAPL, proporcionando a todos os participantes, interação mútua a fim de propiciar o pensamento conjunto de políticas públicas voltadas aos APLs brasileiros.

Aliando à estrutura do evento com o dinamismo proporcionado pelos espaços interativos da Conferência, a 7ª edição objetivou o diálogo direto entre todos os presentes, bem como a apresentação de produtos e troca de experiências quanto aos temas atinentes aos APLs.

O ensino, a prática e a discussão acerca das questões referentes aos APLs perpassaram a 7ª CBAPL em todos os momentos desta, consubstanciado nas diversas atividades realizadas ao longo do evento, assim como da dinâmica elaborada com os participantes através das intervenções artísticas e mostra de produtos e serviços em estandes de expositores de APLs e entidades afetas.

ATIVIDADES

- **Dia 08: Pré-eventos**

No dia 08 de dezembro de 2015, deu-se início às atividades realizadas ao longo da 7ª CBAPL, consubstanciada em pré-eventos, com a realização do IX Encontro da Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral.

Concomitantemente e paralelo a esse evento, realizava-se o Encontro dos Núcleos Estaduais, o I Encontro de Territórios Criativos e o Workshop Sobre Governança de APLs no Setor de Petróleo, Gás e Naval, cujo objetivo assentou-se na

ampla discussão de questões atinentes aos APLs pelos representantes de diversos setores a eles relacionados, bem como da estruturação das melhores práticas relacionadas ao assunto.

O I Encontro de Territórios Criativos teve como objetivo propiciar um melhor conhecimento dos diversos territórios, bem como uma melhor integração dos mesmos, além de proporcionar diálogo entre as instituições, as quais podem colaborar com ações nos territórios nacionais.

Ainda, a partir da identificação dos melhores caminhos para o desenvolvimento e crescimento cultural, bem como o crescimento dos Territórios Criativos, tem-se como objetivo central a sustentabilidade econômica. Aliado a isso, o conhecimento desses Territórios, acerca do financiamento, investimento e linhas de créditos disponíveis, permite o adequado debate acerca de temas relevantes e dirimir dúvidas a respeito da matéria, ensejando em melhores práticas econômicas.

Por sua vez, no XII Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais – APL de Base Mineral e IX Encontro da Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral – RedeAPLmineral, buscou-se disseminar e apresentar os conhecimentos tecnológicos, as políticas públicas, as melhores práticas ambientais, sociais, econômicas, de planejamento estratégico e de governança dos empreendimentos de 11 segmentos minerais organizados em APL's, com a finalidade de proporcionar aos participantes a oportunidade de apresentar sugestões, propostas, novas ações, iniciativas, demandas qualificadas e planos para o desenvolvimento sustentável de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e da RedeAPLmineral.

Ressalta-se que um dos principais resultados esperados por esses eventos, desde sua proposta original, é a articulação de parcerias que possibilitem melhor interação entre as instituições públicas e privadas, alcançando os pequenos e médios produtores minerais em sua localidade e buscando formas de aumentar a sua capacidade competitiva e de acesso a mercados.

ENCONTRO DOS NÚCLEOS ESTADUAIS

No Encontro realizado entre os representantes dos diversos Núcleos Estaduais (NEs) vinculados aos Arranjos Produtivos Locais, frisou-se a importância da articulação de ações governamentais conjuntas com vistas à adoção de apoio integrado entre os APLs e o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), simbolizando trabalho de forma mais integrada a fim de conceber um ambiente com liberdade para partilha de conhecimento e informações, pelos Núcleos Estaduais, com a finalidade de ensejar encaminhamentos de propostas institucionais tanto para os próprios Núcleos Estaduais quanto para o GTP APL, tendo em vista a criação de dinâmicas futuras que as Entidades envolvidas com os APLs possam implementar para o seu desenvolvimento.

Assim, demonstra-se o interesse na discussão e encaminhamento de propostas criativas para o melhoramento da engenharia institucional afeta às questões dos APLs e construção conjunta de uma concepção dos Núcleos Estaduais e do GTP APL que culmine na produção de uma política social de indústria nacional, com vistas às dificuldades experimentadas no âmbito de cada Núcleo Estadual.

Tal preocupação se dá pela constatação de que não existe política de desenvolvimento econômico nacional que não tenha relação direta com a política dos APLs, eis que todos os atores econômicos relacionam-se com suas políticas. Diante desse reconhecimento, há de se verificar, então, que os APLs têm sido tradicionalmente trabalhados do ponto de vista territorial, não sendo integrados às várias dimensões existentes, demonstrando a necessidade de uma abordagem que se coadune a essa realidade, articulando esses pequenos grupos de APLs então existentes para criação de uma rede interativa mais ampla.

Dessa forma, resta demonstrar o papel da política nacional na redistribuição e planejamento da sistematização dos APLs em esquema nacional, denotando as particularidades existentes em cada APL de forma a distribuir o desenvolvimento e

gerar a criação e o crescimento de empregos de forma mais equitativa aos Estados. Assim diminuem-se as disparidades regionais e consolida-se uma política mais inteligente em que se articulam os Núcleos Estaduais entre si e no âmbito do GTP APL.

Após a discussão, abriu-se o diálogo para a suscitação de problemas enfrentados pelos Núcleos Estaduais, das regiões representadas, para posterior elaboração de proposta que sirva de instrumento válido para construção de uma política pública industrial nacional acerca dos APLs, entre eles a necessidade de maior articulação entre o GTP APL com as instituições financeiras a fim de propiciar maiores condições econômicas e de créditos específicos para os APLs; a criação de ferramenta de comunicação efetiva com os demais Núcleos Estaduais, promovendo maior articulação e diálogo entre os NEs; o fortalecimento de espaços inovativos, articulando editais específicos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outros atores financiadores e de fomento, bem como concedendo maior visibilidade aos Editais abertos pelos Ministérios, entre outros encaminhamentos.

- **Dia 09**

ABERTURA OFICIAL E PALESTRA MAGNA

No dia 09 de dezembro de 2015, no período matutino, realizou-se a Abertura Oficial e Palestra Magna, com a fala do Excelentíssimo Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Armando Monteiro Neto, procedida pela realização do *coffee break* de inauguração do Evento.

Armando Monteiro Neto - Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



Fonte: Instituto Intercidadania, 2015.

Em sua fala, Armando Monteiro Neto, Ministro de Estado do MDIC, deu enfoque à dinamização das cadeias produtivas, inovação social das empresas constituídas como APLs e fortalecimento econômico-social do país, definindo Arranjo Produtivo Local como a aglomeração de empresas com especializações produtivas localizadas em um mesmo território, com estreitos vínculos de interação entre si e outros atores locais, representando a diversidade, a complexidade e a grandeza do país.

Salienta-se que desde 2004, a questão atinente aos APLs tornou-se uma política pública de grande importância para o Estado, de forma a mitigar as insuficiências de políticas industriais e de desenvolvimento regional a partir desse novo pensamento. Assim, ressalta-se a disponibilização de recursos nas três esferas do Poder Executivo, sobretudo na definição de linhas de créditos específicos, projetos de expansão, acesso à capacitação da gestão, apoio à inovação de produtos e processos e institucionalização dos processos com maior cooperação dos Entes Federados.

A partir desse enfoque busca-se, como resposta à atual condição do mercado econômico nacional, as exportações como vetores para a retomada do

crescimento, ante a retração conjuntural e o processo de desvalorização cambial vivida atualmente. Tal construção se dá a partir de programas como o Plano Brasil Maior e o Plano Nacional de Educação, os quais objetivam a ampliação a acessos de mercados, facilitação e revitalização de ações e inteligência comercial, além de se desconcentrar a dimensão empresarial, ao mesmo tempo espacial e regional.

Pensa-se em uma promoção comercial em conjunto com os Estados e com colaboração de instituições privadas. Assim deve-se caminhar para a informação, preparação e capacitação das empresas para a internacionalização dos serviços por si prestados. Dessa forma, se reconhece os Arranjos Produtivos Locais como grandes potencialidades em vendas externas, fontes de empregos e rendas, devendo o GTP APL incorporar em suas prioridades a continuação desses programas.

Nesse processo de recuperação da economia brasileira, tem-se que o principal desafio a ser enfrentado é garantir a consolidação de um regime fiscal que contribua para o fortalecimento da confiança dos agentes econômicos, contando-se com a participação dos Entes Federados em reformas microeconômicas, tanto para a redução de impacto fiscal, quanto para o crescimento da competitividade das empresas.

Tem-se, pois, a 7ª CBAPL como uma possibilidade de construção de instrumentos e políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento de uma agenda econômica que faça previsível e estável a economia no futuro, cujo principal objetivo a ser enfrentado é a garantia de um regime fiscal que contribua para o fortalecimento da confiança dos agentes econômicos, reconhecendo-se o Brasil como uma Democracia consolidada, com instituições em pleno funcionamento, cuja ordem constitucional precisa ser preservada, uma vez que os custos de ruptura institucional acarretariam prejuízos às Instituições Públicas.

Com a finalização da fala do Excelentíssimo Ministro de Estado, Sr. Armando Monteiro Neto, foi-lhe entregue a Carta de intenções dos 24 (vinte e quatro) representantes dos Estados da Federação, construída a partir das propostas de

encaminhamentos dadas no Encontro dos Núcleos Estaduais, ocorrido no dia anterior, para consideração de elaboração de políticas sociais da indústria nacional.

A partir de então, compôs-se a mesa de Abertura Oficial e Palestra Magna da 7ª CBAPL, passando-se à discussão, enfatizando-se a importância da evolução tecnológica e estratégica do mercado para o crescimento dos APLs, tal qual a cooperação desses setores produtivos para maior competitividade, o que enseja em maior renda, produtividade, e, por consequência, criação de empregos.

Mesa de Abertura Oficial



Fonte: Instituto Intercidadania, 2015.

Do exposto, tem-se que os APLs representam uma estratégia nacional sistêmica para o desenvolvimento. Ademais, é preciso implementar, nos diversos órgãos atinentes aos APLs, estrutura de governança que enseje em desenvolvimento, cultura e riqueza, intervindo no cenário econômico brasileiro de modo harmônico, sustentável e em benefício à sociedade. Assim, os APLs não são um fim em si mesmo, mas sim um mecanismo importante para o crescimento e desenvolvimento do país.

De igual forma, enfatiza-se que dessa colaboração entre os diversos setores produtivos resulta o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil. A atual estrutura econômica não importa na estagnação da produtividade e extensão internacional, muito pelo contrário, releva a necessidade da implementação desse

avanço. Trabalha-se, assim, no aperfeiçoamento de apoio ao exportador, considerando a diversidade cultural do país, força regional esta que deve impulsionar a exportação internacional.

Os desafios programáticos referem-se ao papel do Estado frente ao desenvolvimento da cultura no país; a concretização dos meios culturais; o rol dos direitos sociais; a contribuição não só de desenvolvimento econômico, mas humano, simbólico e territorial; os APLs e o estamento territorial, cujo pensamento é essencial para a cultura.

Ressalta-se, ademais, a importância dos APLs no desenvolvimento do Brasil, ante os exemplos demonstrados no mercado interno e no mundo afora. Demonstra-se, nesse sentido, a necessidade de parcerias, de introduzir inovação, uma vez haver horizonte tão farto para o crescimento social e econômico do país, o qual se mostra com territórios grandes e de importantes diferenças culturais e produtivas, percebendo-se nessa grandeza a possibilidade de cooperação, aproximação entre os APLs, o sucesso dos programas por si desenvolvidos, eficiência na produção e ações que visam o desenvolvimento da economia.

Nesse viés, a agenda econômica de políticas sociais para o desenvolvimento econômico e social do país deve se pautar por esses aspectos culturais, com visão cooperativa que agregue diversas questões, tendo por consequência a construção de uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no país.

DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Introduzindo o tema, José Eduardo Cassiolato, Coordenador da RedeSist, sistematizou a ligação existente entre os Arranjos Produtivos Locais (APL) e a dinamização das cadeias produtivas por si desenvolvidas, demonstrando haver, na atualidade, um processo de adensamento dessas cadeias, conjuntamente à integração dos sistemas locais, regionais e nacionais como indutora do desenvolvimento regional e da inclusão econômica e social da população ao seu redor.

Conforme salienta, percebe-se uma baixa no crescimento produtivo do país a partir do ano de 2012, o que significa queda em termos reais no comércio internacional. A concorrência, então, passa a ser desenvolvida em um cenário mais dificultoso. Por sua vez, em relação a essa queda de dinamismo no comércio internacional, verifica-se que há forte ligação quanto à diminuição em âmbito de cadeias globais.

Nesse sentido, integrar essas cadeias produtivas passa a ser mais complicado do que o era. Assim, com o atual cenário econômico vivenciado pelo país, tem-se uma maior intervenção do Estado, ainda que não explicitamente, o que acarreta em inúmeras consequências, dentre elas um aumento nas barreiras não tarifárias, o que enseja em um aumento de grau de nacionalização dos produtos até então pensados em escala global.

Diante desse adensamento e do cenário político e econômico vivido na atualidade, deve-se ter como reação a isso o avanço no adensamento interno no país de várias cadeias voltadas a diversas atividades que não são passíveis de certa externacionalização.

Por sua vez, Helena Lastres – Assessora da Presidência do BNDES para a Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local e Regional - destacou que o objetivo central desse novo cenário político-econômico é a

promoção de um desenvolvimento social e econômico integral, contextualizado, sistêmico e coeso, mitigando as desigualdades nacionais e regionais, mobilizando oportunidades e conhecimentos, sempre com visão de futuro estrutural, de forma que outros APLs possam ser mobilizados, evitando e mitigando ao máximo, os impactos negativos e ampliando e maximizando os resultados positivos, expandindo de maneira possível o alcance desse impulso do desenvolvimento com a perspectiva de enraizar as inovações produtivas naquele local.

Destaca-se, ademais, a importância de reflexão sobre o desenvolvimento produtivo, suas políticas e instrumentos, sempre com visão de futuro que ampare a construção de uma agenda econômica que se coadune à política para o desenvolvimento. Assim, colhe-se do cenário atual uma oportunidade de avançar no entendimento dos atuais limites, dilemas e oportunidades para o desenvolvimento brasileiro, bem como discutir e definir um projeto de desenvolvimento capaz de articular apoio e condições para sua implementação, através do engajamento de articulação das políticas, ações e instrumentos aptos a ensejarem convergência de objetivos e ações entre todos os envolvidos, para que ao final se perfectibilize o desenvolvimento de seus conhecimentos para indicarem políticas adequadas à realidade brasileira e seus territórios.

Com isso, deve-se priorizar o desenvolvimento produtivo e inovativo dos APLs, objetivando-se o diálogo entre as diversas cadeias produtivas com o Poder Público e fomentando a discussão para aperfeiçoamento e novas políticas para os APLs, desde local, a regional e macrorregional, com preocupação socioambiental.

A prioridade, então, deve ser dada em regiões carentes e prioritárias, de forma a ensejarem um desenvolvimento produtivo e inovativo nas regiões e territórios brasileiros de forma coesa, mitigando-se as desigualdades, mobilizando oportunidades e conhecimentos, de forma sistêmica, estrutural e harmônica.

INCLUSÃO SOCIAL

Helena Lastres destacou que, com o novo cenário geopolítico e econômico mundial, regional e nacional, há de se ter uma revisão do conceito de desenvolvimento que melhor se coadune à realidade brasileira, cujo enfoque será políticas centradas na sustentabilidade.

Assim, o novo paradigma tecnoprodutivo intensivo em conhecimento sustentável social e ambientalmente resgata a dimensão regional e territorial em sua coesão e cooperação. A partir dessa abordagem, cujos enfoques são as diferentes concepções do desenvolvimento e o apoio político-institucional, diferenciam-se as concepções financeiras e desenvolvimentistas e suas respectivas capacidades de transformação e integração internacional.

A política de desenvolvimento econômico e social, ainda que em uma condição fiscal restritiva e desfavorável, não prescinde de uma visão estratégica de longo prazo, que tenha no processo de crescimento brasileiro conexões com as oportunidades derivadas da redução das desigualdades regionais e territoriais existentes.

A minoração da dívida social, somada às características geoeconômicas regionais diversificadas, transforma-se em medidas de desenvolvimento sustentável, mobilizando capacidades produtivas e inovativas, com justiça de sustentabilidade cultural e ambiental, sendo que nesse contexto os APLs ganham relevante papel no desenvolvimento político, social e industrial.

Carlos Eduardo Abijaodi – Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional de Indústria (CNI) - ressaltou que apenas na associação entre as pequenas e médias empresas se obtém um resultado efetivo no combate ao aprofundamento da recessão vivida na atualidade, qual demonstra um enorme déficit fiscal no ano de 2015, bem como expõe a decadência do setor industrial a níveis

jamais vistos. Assim, necessário se faz a inclusão do Brasil nesse sistema de produção de insumos e de exportação.

Conforme se verifica, é latente a queda nas exportações, dado este aliado à mortalidade prematura das micro e pequenas empresas, que obtiveram seu ponto histórico em 2015, sendo superior em mais de três vezes quando em comparação ao mesmo período do ano de 2014.

A agenda microeconômica deve se pautar pela inserção dessas empresas nas cadeias globais de valor, aumentando sua produtividade, melhorando os processos de gestão e de manufatura e introduzindo a inovação, esta última reconhecida como fator de grande destaque.

Dessa superação, conquistar-se-á a retomada dessas empresas para a internacionalização, objetivo central nessa política econômica e social.

Assim, necessária se faz a inclusão do Brasil nesse sistema de produção de insumos e de exportação, com o que o implemento das atuações nos APLs deverá ser mais efetivo, uma vez que no agrupamento das empresas em uma cadeia produtiva se tem um desenvolvimento econômico local com ampla colaboração entre os envolvidos, o que enseja em resultado competitivo.

De igual forma, esse mecanismo deve ensejar na construção de políticas públicas para APLs como contribuidoras para a mitigação das causas geradoras das diversas desigualdades existentes.

É necessária, pois, uma análise casuística de cada APL e da cadeia produtiva por si desenvolvida, de forma a se verificar quais são os seus objetivos e como tais objetivos ensejam na superação das desigualdades regionais e territoriais vivenciadas no Brasil, de forma a gerar empregos diretos e rendas, contribuindo para a sociedade brasileira como um todo.

Desse modo, as agendas de superação de pobreza e os APLs precisam se aproximar e ter suas políticas melhor concatenadas, relevando-se o papel social

desempenhado pelas políticas públicas da última década, apesar de todas as dificuldades e do atual contingenciamento, restando claro que é necessária criatividade e trabalho para a sua superação, de modo a ser um modelo de organização local e social que reflita o protagonismo dos próprios integrantes dos APLs.

- **Dia 10**

Por fim, no dia 10 de dezembro de 2015, uma série de eventos deu forma ao último dia das atividades desenvolvidas ao longo da 7ª CBAPL, tais como encontros de debates, rodas de conversas, palestras, mesas temáticas e casos de sucesso, ocorrendo de forma simultânea e paralela, particularizando esta Conferência com o dinamismo que lhe é próprio, possibilitando a interação entre os inúmeros agentes sociais, políticos e econômicos participantes.

Entre as mesas temáticas, destacaram-se as discussões realizadas quanto aos temas: extensionismo, economia da cultura, inovação e tecnologia, compras governamentais, planejamento nos APLs e acesso ao mercado.

Por sua vez, os Casos de Sucesso: Dinamização das Cadeias Produtivas e Inclusão Social, aliando-se ao Evento Rotas de Integração Nacional, a apresentação das instituições do GTP APL e o encontro de oportunidades, demonstraram a importância de práticas inovadoras e a consolidação do sistema de governança como instrumentos para o sucesso dos APLs, bem como a interação entre esses setores econômicos com o Governo Federal, a fim de viabilizar desenvolvimento socioeconômico em seus respectivos campos de atuação.

Prestigiando-se a área acadêmica, realizou-se a apresentação de trabalhos científicos cujo tema norteador foi o de APLs.

Quanto aos temas de macroeconomia, comércio eletrônico para APLs, desenvolvimento do APL Petróleo, Gás e Naval, *software* para APLs e avaliação de

impacto de investimento nas cadeias produtivas das regiões brasileiras, palestras, rodas de conversas e encontros para discussão instrumentalizaram a exposição e problematização do assunto, permitindo um amplo debate acerca dele, bem como validando a interação e compartilhamento de conhecimento e experiências entre os presentes.

Ademais, as intervenções artísticas promovidas pelos APLs representantes da Economia da Cultura ao longo do evento expuseram a importância da cultura frente ao cenário econômico, político e social vivenciado na atualidade pelo país, servindo de base para o pensamento de desenvolvimento nacional.

Em relação ao Evento Rotas de Integração Nacional, destacou-se constituir esse programa em estratégia de inclusão produtiva do Ministério da Integração, uma vez serem as Rotas redes de APL cujo objetivo é a promoção do desenvolvimento regional e a inclusão socioeconômica das regiões menos desenvolvidas do país, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Por sua vez, no evento "Oficina de Acompanhamento do Projeto de Desenvolvimento de APL de Petróleo, Gás e Naval – Convênio ABDI e Petrobras", possibilitou-se o compartilhamento de informações e práticas entre os APL's beneficiados pelo projeto, o acompanhamento do andamento das ações em cada um dos APL's relacionados, a avaliação dos processos de execução e resultados do projeto, a discussão da implementação da política de desenvolvimento de APL's de Petróleo, Gás e Naval e a disseminação de informações sobre todo o processo de desenvolvimento dos APL's em enfoque.

CASOS DE SUCESSO

DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Cleomar Rocha - Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Coordenador do APL audiovisual e games de Goiânia - denotou que o APL que coordena, e que se originou de uma articulação entre a UFG e empreendedores de áreas tecnológicas - observa três aspectos fundamentais da cadeia: 1) formação; 2) produção e 3) distribuição e exibição. A produção requer o seu escoamento, por isso a distribuição e exibição são fundamentais, enxergando que no caso específico tem-se uma possibilidade ampla e em determinados aspectos mundiais de distribuição. Daí a tentativa de se pensar globalmente, estabelecendo parcerias e criando diferenciais para os produtos.

O impacto gerado às empresas ante as contraposições da condição do mercado global e do segmento tecnológico enseja na busca de alternativas muitas vezes não sustentáveis, em que não há monetização compatível com os custos de produção, por exemplo. Do problema suscitado, importante a introdução de apoio financeiro para potencializar as oportunidades do mercado nacional.

Por sua vez, Carlos Alves, Gerente do APL de Confecções do Agreste do Estado de Pernambuco e membro da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper), verificou que há uma necessidade de planejamento para favorecer o segmento, melhorar a qualidade do produto exportado e acabar com a informalidade do setor industrial, sendo uma meta a formalização dessas empresas.

Vencida essa etapa, frisa-se a necessidade de verificar, internamente, as possibilidades e os obstáculos enfrentados pelo segmento produtivo. No caso em apreço, através de estudo econômico realizado no APL em 2012, verificou-se os principais gargalos do APL, dos quais destaca-se o maquinário rudimentar utilizado

pelas empresas, fazendo necessária a sua substituição e respectiva qualificação da mão de obra.

As perspectivas de futuro, ante as considerações levantadas e os problemas a serem superados, são: maior exportação e respectiva capacitação da mão de obra, bem como qualificação das tributações e custos atinentes aos produtos por si desenvolvidos. Assim, tem-se que o destino não é obra do acaso, é obra de escolhas.

Otávio Rossi de Moraes, Pesquisador da Embrapa Caprinos e Ovinos de Tauá, apresentou, *en passant*, o histórico desse APL, o qual teve por território de ocupação o Ceará, no início dos anos 1700, por conta da vocação para a pecuária na localidade, tal qual a existência de um produto específico da região, relevando a importância desse APL para o mercado nacional.

Porém, há obstáculos a serem enfrentados por esse setor produtivo, entre eles a informalidade dos produtos, uma vez se verificar que apenas 5% da produção é formalizada, sendo necessário o combate desse problema, pois a burocracia e impostos geram o encarecimento do produto, sendo muitas vezes vendidos através de atravessadores de modo ilegal.

Ressaltou, ainda, a necessidade de diagnosticar de forma ampla a situação exposta pelos demais expositores, bem como trabalhar sob uma lógica que respeite a identidade local, trabalhando em conjunto e buscando a sinergia entre entidades, projetos e programas, valorizando os produtos locais, inovando e respeitando o meio ambiente, a cultura local e seus recursos genéticos locais, tornando mais atrativa a atividade formal e incentivando as formas associativas de trabalho e comercialização.

Ante as exposições de sucessos desses APLs, de diferentes territórios, ressaltou-se a importância de conexão entre arranjos produtivos e cadeias produtivas e sinergia entre o governo, empresas, universidades e entidades de apoio, respeitando a cultura, a tradição e o território em que está inserido o APL. São estes os aspectos que fazem a diferença no trabalho e na trajetória dos Arranjos Produtivos

Locais, tal qual o trabalho coletivo e o compartilhamento de experiências e sucessos, os quais precisam ser enraizados no pensamento cultural local e produtivo dos APLs.

MESAS TEMÁTICAS

EXTENSIONISMO

Tendo como moderador Igor Calvet - Diretor de Competitividade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, destacou-se que o tema "extensionismo", o qual deve ser potencializado pelo GTP APL, pois há necessidade de se criar políticas públicas para os APLs, buscando promover articulação entre esses mesmos Arranjos Produtivos Locais que visem o aprimoramento das estratégias de inovação tecnológica, abordando o tema produtividade, estendendo a ação em nível nacional.

Ora, abordar o presente tema sob a perspectiva de que deve haver convergência governamental e destacando que o extensionismo tem característica de ações esparsas, vê-se que há necessidade de se criar políticas públicas para os APLs, buscando promover articulação entre os APLs visando melhorar as estratégias de inovação tecnológica, abordando o tema produtividade, atacando o tema inovação não só do APL regional, mas estendendo a ação para o nível nacional.

Tais ações, ressalta, permitirão, no futuro, fortalecer os níveis locais, regionais e nacional, ajustando-os à realidade do mercado internacional, articulando ações para inovação, permitindo criar-se cluster competitivos, tanto no mercado nacional, quanto no mercado internacional.

Tiago Terra, Coordenador do PEIEX/APEX cita que segundo estudo do IPEA as empresas que participam do mercado exterior se tornam mais competitivas internamente já que tem que se ajustar às exigências do mercado globalizado.

Tal situação iniciou-se com o Governo Collor, junto à abertura do mercado, exigindo que as empresas brasileiras se ajustassem às modificações ocorridas no cenário global.

Nesse sentido, a APEX vê o extensionismo como um dos caminhos para promover o desenvolvimento dos setores produtivos, atraindo mais investimentos.

Nessa esteira, o PEIEX objetiva qualificar e incrementar a competitividade sustentável, promovendo a cultura exportadora nas empresas, através de parcerias com Universidades e Institutos Tecnológicos Federais além, é claro, de parcerias com SEBRAE, SENAI, SIBRATEC e IEL, entre outras instituições relacionadas aos seus objetivos.

Marcelo Prim, Gerente Executivo do SENAI, traz à baila a busca de alternativas para o dilema da produtividade da indústria brasileira, como exemplo, através de ganhos expressivos de produtividade por meio de técnica de manufatura enxuta para empresas de pequeno e médio porte, baseada na experiência da Toyota.

Setores priorizados pela intervenção são os de Petróleo & Gás, Vestuário, Alimentos e Construção Civil, já que são setores que empregam muito no Brasil. São destinados investimentos de R\$ 15 mil por intervenção, permitindo evitar desperdícios, melhora em ergonomia, identificação de gargalos de tempo e outros óbices às melhores práticas.

A título de informação, tem-se que só houve 4% de aumento de produtividade do trabalho no Brasil nos últimos 15 anos, e que são necessários cinco trabalhadores brasileiros para produzir o que um trabalhador americano produz, em parte por sucateamento dos equipamentos e falta de treinamento, nivelando, desta forma, o trabalhador brasileiro com o trabalhador chinês e indiano. Ressalta-se, entretanto, que há um investimento maciço para o melhoramento de tais índices, inclusive com o emprego de práticas tecnológicas de robotização.

No ciclo piloto de 2014 participaram 18 empresas de quatro estados, entre eles Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Ceará, em cinco setores, com

investimento de R\$ 15 mil do Senai e R\$ 3 mil das empresas, obtendo-se ganhos expressivos de qualidade na ordem entre 13 e 70% (42% na média) além de um aumento de produtividade entre 21 e 133%.

Já no ciclo piloto de 2015, participam 32 empresas dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Bahia, sendo quatro setores que estão com a produtividade em queda: alimentos, vestuário, metalmeccânico e construção civil, com 120 horas de consultoria, durante três meses e investimento por empresa de R\$ 18 mil (80% + 20% da empresa).

Com os excelentes resultados obtidos, tem-se que há necessidade no treinamento e capacitação de consultores com experiência em manufatura enxuta para atuação em todo o país.

Por sua vez, a proposta para 2016 é atender até 3.000 empresas, promovendo mudança de patamar nos níveis de produtividade dos setores priorizados e, para tanto, destacou-se um orçamento total de R\$ 50 milhões, ressaltando a importância de Institutos como o Senai para o atendimento dos APL locais, havendo previsão de que serão destinados R\$ 739 milhões em investimentos para extensionismo junto aos APLs, com 1.500 consultores já em atuação.

Miguel Nery, Diretor da ABDI, entende que o extensionismo industrial, tecnológico e gerencial deve ser diferente do que se pratica nas instituições brasileiras, sendo necessário promover ações voltadas à elevação da produtividade, com a modernização do parque fabril, capacitação de mão de obra, extensão industrial, tecnológica e de gestão, além do envolvimento de todas as instituições de forma a promover ações de estratégia de inovação, frente à deterioração dos indicadores da indústria (investimento, produção, emprego e inovação) e a estagnação dos indicadores de produtividade.

Ao cabo da discussão, tem-se como prioridade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior suscitar a discussão sobre um tema que se tem como prioritário, qual seja: a produtividade, de forma a aumentar a

competitividade interna e externa, reduzindo os gargalos de produção que se tem quando em relação a outros países. Assim, frisa-se a necessidade do envolvimento de todas as instituições promovendo ações de estratégia de inovação.

ECONOMIA DA CULTURA

Geórgia Nicolau - Diretora da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura - introduziu a mesa discorrendo acerca da cultura como eixo de desenvolvimento local e nacional, enaltecendo soluções tecnológicas que possibilitem fomentar esse desenvolvimento.

Entre outros importantes tópicos desenvolvidos pelos palestrantes, verificou-se que os APLs, são tidos como alternativa para complemento de renda por grande parte da população, propondo-se recorte cultural para identificação dos atores, participação social e política, além de alternativa social de geração de renda.

Exemplo desse corte cultural realizado em São Paulo é o Programa Cata Forte, das cadeias produtivas dos resíduos e catadores, em que pequenos arranjos produtivos comunitários do entorno da unidade de conservação se agrupam para realizar empreendimentos comunitários, sendo um importante centro espeleológico.

Através dos Programas Cultura Viva e Economia Viva, o Ministério da Cultura consolida-se como um dos maiores estimuladores do evento, uma vez contar com 31 arranjos produtivos locais, enaltecendo o crescimento da política cultural no país.

Ademais, frisa-se que a metodologia para fomento da economia da cultura deve surgir das demandas locais, e não as demandas locais se adaptarem a metodologias clássicas, uma vez que um ritmo de produção pode destruir a organização comunitária, de modo que os laços entre economia e comportamento não podem ser ignorados e estão inerentemente atrelados ao processo de produção.

Assim, as relações entre economia e comportamento não podem ser ignoradas e estão atreladas ao processo de produção, sendo que os ciclos de produção são intercalados com processos furtivos, o que traduz ser o desenvolvimento de ferramentas para o atendimento dos processos produtivos locais a pauta mais importante do Ministério da Cultura.

Há de se traçar um novo perfil quanto à cultura produzida no Brasil, uma vez se verificar na atualidade que a cadeia produtiva totalmente financiada pelo governo tem pouca participação popular e conseqüentemente, pouca audiência, não havendo acréscimo para a cadeia produtiva, o que é um grande problema quando se pensa na cultura como instrumento para o crescimento da economia. Assim, os APLs devem desenvolver mecanismos para participar do processo de captação de recursos e, a partir disso, possibilitar maior espaço da cultura no pensamento econômico do país.

Atualmente se trabalha a autonomia e o empoderamento de diversos agentes econômicos e sociais para se combater a imposição de regras e comportamentos que dificultam a expressão cultural das minorias.

CASOS DE SUCESSO

INCLUSÃO SOCIAL

Para que haja uma verdadeira inclusão social ligada aos APLs, primeiramente deve-se trabalhar com a agricultura familiar, e não com plantação em larga escala. Trabalha-se, assim, no resgate do artesanato e da cultura nessa localidade, de modo a superar a preocupação acerca do desaparecimento do artesanato, sendo necessário recuperá-lo.

A título de exemplo, expõe-se que grande parte do artesanato do algodão colorido da Paraíba é feito nas casas dos artesãos, onde podem cuidar de seu lar e de

sua família, continuando a ter fonte de renda. Trabalha-se, assim, no resgate do artesanato e da cultura nessa localidade, de modo a superar a preocupação acerca do desaparecimento do artesanato, sendo necessário recuperá-lo.

Nessa perspectiva, o APL Cultural Caipira de São Paulo, localizado na região nordeste do Estado, envolve diversas instituições, empresas e entes estatais de diversos municípios, atuando com os contextos de vulnerabilidade social.

A ONG Amor Solidário, por exemplo, pretende a inclusão da cultura com crianças, jovens e idosos, buscando superar a vulnerabilidade desses territórios por meio de artes marciais, capoeira e outras manifestações culturais.

De igual maneira, o Lar São João Bosco foi fundado para atender questões sociais, acolhendo crianças carentes da cidade de Taquaritinga. Após o contato com APL o Lar tornou-se um ponto de cultura.

Ademais, tem-se uma atuação em rede como ativo intangível, por exemplo, o Grito Rock, festival produzido no mundo todo. Através do APL levou-se um grupo de teatro de Ribeirão Preto com uma perspectiva contemporânea para se apresentar em Cândido Rodrigues, cidade com cinco mil habitantes, sendo o primeiro contato para inúmeras pessoas com uma apresentação deste porte. Assim, a cultura é vista enquanto modo de vida, formação livre que gera protagonismo e democratiza o acesso e desenvolvimento da região.

Nessas cidades existem grandes festivais, a maior parte da programação desses festivais é gratuita ou a preços populares. Isto contribui para a democratização do acesso à cultura, que é um direito assegurado pela Constituição de 1988.

A cultura pode e deve ser vista como vetor de desenvolvimento, de forma que os APLs contribuam para o desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Nesse passo, o APL de Plantas Medicinais e Fitoterápicas de Botucatu representa o envolvimento deste APL com o produtor rural, o qual produz a planta medicinal, produto desse aglomerado.

Por sua vez, o eixo secundário é a indústria primária e o respectivo abastecimento da indústria farmacêutica.

Inicialmente ocorreu a estruturação dos viveiros de plantas medicinais e a distribuição aos agricultores, subsidiando a plantação, entregando materiais e insumos. Posteriormente, relevou-se a importância deste APL, que atualmente realiza oficinas, entre outras atividades com vistas a estimular novos agricultores, novos parceiros e o desenvolvimento tecnológico desta atividade agrícola para que o agricultor tenha sucesso e persista na atividade.

De igual forma, o associativismo consubstancia-se em importância essencial, sendo que a experimentação e a pesquisa também denota a atenção voltada desse APL para a questão de pesquisa e extensão.

A partir disso, vê-se um forte desenvolvimento na área do ensino, pesquisa e extensão, além de vultosa troca de conhecimentos adquiridos por todos esses atores sociais.

Nesse sentido, o APL fruticultura do Espírito Santo confere conhecimento técnico e força aos pequenos produtores rurais do setor. A fruticultura agrega um valor bastante significativo. É presente em 80% das propriedades rurais de agricultura familiar. No Espírito Santo a área cultivada é de 5,9 mil hectares e produtividade de 390 mil toneladas. A maior produtividade do Brasil é do Espírito Santo, promovendo a geração de empregos e de renda para as comunidades locais.

A fruticultura emprega 27% da mão de obra no campo e é o principal gerador de emprego no município de Linhares, representando importante integração entre os diversos segmentos sociais, cuja principal preocupação é a comunicação externa com a sociedade.

MESAS TEMÁTICAS

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Segundo José Luiz Gordon, Diretor de Planejamento e Gestão da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), o crescimento do país deve ser pensado através da inovação, o que norteará o modelo de desenvolvimento almejado.

Ora, não apenas a internet, mas de igual forma a manufatura tecnológica e as impressoras 3D são exemplos de instrumentos que alteram de modo significativo o processo de inovação. Tendo em vista o imenso potencial que o Brasil tem em sua inserção no mercado de Tecnologias verdes, questiona-se como fazer com que as instituições de pesquisa auxiliem o setor privado no processo de inovação.

Entre outras falas, tem-se que a definição de listas de produtos estratégicos para promoção da tecnologia e inovação é essencial para a consolidação das políticas públicas criadas, isso através de ampla discussão, de forma a consolidar políticas industriais que abranjam as áreas das ciências e os setores tecnológicos, coadunando-se com as políticas públicas já existentes, tendo em vista que, na atualidade, constroem-se políticas públicas de forma paralela e totalmente desconexas umas das outras.

Assim, implementa-se a competitividade das empresas por meio da inovação e tecnologia, cujos objetivos centrais consubstanciam-se no aumento da empregabilidade e da renda *per capita*, aumento da eficiência dos meios de produção e aumento do número de pesquisas com maior relevância para o setor em questão.

Logo, pensa-se a política pública como incentivadora da indústria e das empresas, de modo a desenvolver novas formas de aproximação entre a pesquisa desenvolvida em âmbito acadêmico e as empresas do mercado nacional.

Dessa forma, tem-se que o relacionamento e comunicação entre os APLs é de grande importância para o sucesso dessas empresas aglomeradas, responsáveis por parcela considerável do PIB brasileiro. Algumas práticas que devem ser implementadas ou melhoradas, conforme exposto, são as seguintes: medidas para estimular a inovação em setor de saúde; ampla articulação entre empresas e universidades; redução do tempo entre análise e obtenção de patentes; redução do tempo para auditorias de registros na ANVISA e incentivo fiscal em prol à inovação.

A política pública, então, deve ser agente incentivador da indústria, para que as empresas possam ir atrás de suas necessidades e superá-las, desenvolvendo novas formas de aproximação entre pesquisa e empresas.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Maria Luísa Campos Machado Leal, Diretora da ABDI, relata a experiência com o uso do poder de compra do Estado, utilizando as Margens de Preferência, proporcionando o fortalecimento do desenvolvimento econômico nacional, bem como exaltando o esforço no implemento dos instrumentos de Compras Governamentais.

Deve-se ter, assim, uma convergência de interesse entre o público e o privado, além de enfrentar os desafios do APL para melhor aproveitamento das compras governamentais, objetivando-se a ampliação dos fornecedores locais e consequente desenvolvimento regional.

Assim, tem-se que as compras governamentais são imprescindíveis para diversos setores econômicos, fazendo-se necessária a existência de garantia de

compras com escala e continuidade, bem como a visão dessa questão como projeto de Estado e não de Governo, de forma que a política de APL auxilia neste desenvolvimento e adensamento da cadeia produtiva.

ACESSO AO MERCADO

Cristina Lemos do BNDES apresentou as oportunidades de desenvolvimento produtivo e inovativo e de acesso ao mercado interno, lembrando que a partir de 2007 o BNDES promoveu uma mudança na política interna, procurando elevar a presença do Banco nas regiões e estados menos atendidos, com o intuito de atenuar as desigualdades regionais e melhorar a competitividade dos APLs e do próprio território.

Ressalta-se a importância da interação entre os APLs, procurando o coletivo para trazer quadro de desenvolvimento dos arranjos produtivos. Nesse sentido, o BNDES incorpora a visão sistêmica em sua atuação reconhecendo, por exemplo, a necessidade de trabalhar políticas no entorno desses empreendimentos, principalmente nas regiões mais carentes.

Em outras palavras, trabalha-se para minorar as carências territoriais visando a inclusão produtiva por meio de investimentos coletivos de cooperativas através de editais em parceria. De igual forma, deve-se desenvolver parcerias com outras instituições governamentais que contribuam para o acesso ao mercado de diversas formas.

Assim, procura-se incentivar os serviços variados, inclusive os culturais e de turismo com as possibilidades que os APLs têm dentro do mercado interno não deixando de focar, também, no mercado externo.

Sabe-se que no mercado interno brasileiro ainda tem nichos que não foram atingidos.

O Banco financia, também, projetos dos governos estaduais, permitindo melhorias na infraestrutura das cidades; melhorias nos modais de transporte, permitindo um melhor escoamento da produção; incentiva rodadas de negócios, feiras e outros eventos.

Está presente, ainda, nos serviços de habitação, transporte, mobilidade urbana, permitindo dinamizar a cadeia produtiva, em especial juntos ao APLs regionais.

Incentivar e financiar projetos que incrementem as alternativas limpas de geração de energia, tais como projetos com parques eólicos e instalação de placas para captação de energia solar, mostram-se, de igual forma, como resultados almejados no desenvolvimento que se busca.

Matheus Dauzacker, do APL de Turismo Rota Pantanal Bonito, destaca os atrativos turísticos da região, tais como: cultura gastronômica, natural e paisagística.

Ressalta-se, ademais, a importância da interação entre os APLs, procurando o coletivo para trazer quadro de desenvolvimento dos arranjos produtivos, devendo as instituições incorporarem, em sua estratégia de desenvolvimento, uma visão sistêmica de atuação.

Maurício Manfré, da APEX, ressaltou que a Agência foca na qualificação, preparando os APLs para atuação no mercado internacional, promovendo oportunidades, feiras e convenções, entre outros eventos no exterior, além de desenvolver estratégias de internacionalização através de conjunto de serviços que visam orientar empresas e parceiros na definição dessas estratégias.

Ademais, favorece a atração de investimentos através de ações que promovem e facilitam a atração de investimentos diretos com o objetivo de melhorar a imagem do Brasil como um mercado atrativo. A título de exemplo, foram desenvolvidas mais de 1.000 ações no ano de 2015, com 09 escritórios espalhados pelo mundo.

Marco Sodré, Gerente Geral do APL do Gesso de Araripina – Sertão do Araripe-PE, ressaltou que, no passado, o APL que representa produzia mandioca, mas em razão das frequentes secas e considerando o potencial das minas de gipsita e os já existentes fornos usados na produção de farinha buscou-se uma alternativa de renda para as famílias da região.

Com financiamento do BID, implantou-se em seis municípios da região o segmento de gesso, também conhecido com “neve do sertão”, com algo em torno de 800 empresas e que geram 83 mil empregos diretos e indiretos.

O setor é responsável por 97% do gesso produzido no Brasil, possuindo um grau de pureza da gipsita entre 88 e 98%, o que demonstra, a título de exemplo, a importância na capacitação dos diversos setores afetos aos APLs, assim como o reconhecimento dos gargalos e obstáculos existentes em cada empresa aglomerada em setor produtivo.

PLANEJAMENTO NOS APLs: IMPORTÂNCIA E FORMAS

Inicialmente, apresentou-se o histórico do APL de Couro e Calçados de Campina Grande, na Paraíba, e seu respectivo planejamento quanto às políticas públicas, programas de modernização, competitividade e parcerias institucionais.

Nesse sentido, as políticas públicas tiveram, inicialmente, incentivos fiscais, cessão de galpões, linhas de crédito específicas para o setor e estruturação de distritos industriais para receber as fábricas de calçados.

Por sua vez, os programas de modernização e competitividade se consubstanciaram na concessão de bolsas para realização de protagonismo juvenil, bem como na análise de todo o processo produtivo e como poderia ser melhorado cada processo da cadeia, desde as cercas para criação dos animais, até o beneficiamento do couro e a fabricação do calçado. Em síntese, foram diagnosticadas

as pequenas e médias empresas e criou-se o cadastro nacional do setor calçadista, além de pensar em resoluções para os problemas encontrados nas cadeias produtivas.

Dessa forma, necessita-se adotar uma visão sistêmica de políticas, que não devem ser modificadas em razão do representante governista ou de determinado momento histórico, de forma a se ter políticas de Estado que tenham, efetivamente, ato de continuidade.

Assim, o processo perspectivo é um instrumento apto a responder a esses problemas, diferenciando-se do planejamento de curto e médio prazo à medida que toma por importância encontrar as variáveis chaves e motrizes geradores dos atuais problemas vividos. Deve-se, assim, compreender o período presente a partir de ações realizadas no passado e seus respectivos impactos na atualidade, isso pensado na dimensão da sustentabilidade, economia, sociedade e meio ambiente.

As organizações nacionais não dispõem de antevisão do futuro e isso é essencial no desenvolvimento de uma política pública. Dentre os futuros possíveis, há de se escolher aqueles mais desejáveis a se realizar, de forma a se construir uma visão estratégica do futuro. Essa participação é fundamental para se obter a almejada continuidade, juntamente à participação da sociedade buscando atingir a estabilidade pretendida.

É necessária a criação de governança pela sociedade e pelos agentes sociais, por exemplo, se constituindo um comitê de direção e comitê técnico, aptos a tocarem o processo e também executar tais ações.

Assim, o objetivo principal é o desenvolvimento inclusivo e sustentável em que todos os agentes sociais façam parte dessa transformação e se sintam parte de um grupo.

Por sua vez, o planejamento é a ação de longo prazo que busca reduzir as incertezas e confere previsibilidade acerca do futuro.

Os principais passos do planejamento são:

- a. Estabelecer um objetivo ou um conjunto de objetivos;

O planejamento tem início com a definição sobre o que o APL quer alcançar, a identificação de prioridades.

- b. Definir a situação atual;

Assim, deve-se definir a situação atual, ou seja, analisar até que ponto a organização está afastada de seus objetivos e com que recursos ela pode contar para atingir seus objetivos.

- c. Identificar os fatores externos e internos;

Assim, identifica-se que fatores externos e internos podem ajudar ou criar problemas para o APL no alcance dos seus objetivos.

- d. Elaborar um plano.

Ao final, elabora-se um plano ou um conjunto de ações para atingir os objetivos almejados.

Os benefícios do planejamento são: identificar as oportunidades que o mercado oferece; entender os problemas gerenciais; prever as possíveis mudanças nos cenários futuros; estabelecer e identificar a governança no âmbito do APL; identificar objetivos e metas gerais de longo prazo para o desenvolvimento produtivo e institucional do APL; concentrar esforços dos agentes produtivos e políticos nas oportunidades que o mercado oferece, tal como planejamento conjunto para internacionalização produtiva do APL; corrigir rotas erradas no menor tempo possível; identificar fluxos de informações entre os agentes; permitir o esforço conjunto dos agentes do APL; definir responsabilidade entre os agentes; exercitar a cultura prospectiva; possibilitar o espírito cooperativo entre as firmas do APL; e incentivar o esforço inovativo das firmas, tais como incentivo para mudanças na cultura organizacional, mudanças nos processos e mudanças nos produtos e serviços.

Deve-se ter a dimensão de qual é o impacto da política nos APLs para poder direcioná-lo.

MOSTRA DE PRODUTOS DOS APLs

Conforme tradição consagrada nas Conferências Brasileiras de Arranjos Produtivos Locais, a 7ª CBAPL possibilitou mostra de produtos e serviços oferecidos pelos APLs de forma paralela e simultânea ao Evento, a fim de proporcionar aos presentes a troca de experiências e conhecimentos a respeito das atividades desenvolvidas pelos APLs.

Dessa maneira, a mostra contou com a participação de 32 APLs durante toda a programação do evento oficial, criando um espaço de sinergia entre os presentes através da exposição de seus produtos e serviços variados, propiciando o conhecimento de novidades mercadológicas e melhores técnicas de produção e prestação de produtos e serviços.

APLs EXPOSITORES

APL Corredor Criativo Nestor Gomes

Cidade – Vitória

Estado – Espírito Santo

Ramo de atividade - Audiovisual, produção musical, artes visuais e ações culturais, produção de shows e eventos, consultoria e assessoramento em arte e cultura.

APL Turismo de Lagoas e Mares do Sul

Cidade - Marechal Deodoro

Estado – Alagoas

Ramo de atividade - Turismo e serviços de hotelaria e hospedagem, serviços de informação, gastronomia, esportes e lazer, artesanato, apresentações culturais e religiosas.

APL do Turismo Cultural Maciço de Baturité

Cidade – Aracoiaba

Estado – Ceará

Ramo de atividade - Piscicultura, artesanato, fabricação artesanal de doces e polpas de frutas da região, pães e confeitaria, produtos derivados de carne bovina e suína, moda e apresentações culturais de quadrilhas juninas e grupo de Maracatu.

APL do Turismo Rota Pantanal Bonito

Cidade - Campo Grande

Estado – Mato Grosso do Sul

Ramo de atividade - Turismo: agências, viagens, transporte, hotelaria e hospedagem, gastronomia, entretenimento, circuito artístico-cultural.

APL Economia Criativa Vale do Rio Cuiabá

Cidade – Cuiabá

Estado – Mato Grosso

Ramo de atividade - Turismo: hotelaria e hospedagem, gastronomia, alimentos e bebidas, entretenimento, atividades artístico-culturais, eventos e shows, artesanato e grupos folclórico-populares, produção audiovisual.



APL Candeal - Agenda de Fomento à Cultura Musical

Cidade – Salvador

Estado – Bahia

Ramo de atividade - Atividades musicais, shows e eventos, turismo e serviços de hotelaria e hospedagem, gastronomia, serviços de informação, gastronomia, artesanato, atividades artístico-culturais.

APL Cultural Caipira

Cidade - Ribeirão Preto

Estado – São Paulo

Ramo de atividade - Artes e espetáculo, shows e eventos, artesanato, patrimônio material e imaterial, artes, mídia e criatividade, atividades da cultura popular e folclore, arquitetura, design e moda.



APL Festejos e Quadrilhas Juninas

Cidade – Fortaleza

Estado – Ceará

Ramo de atividade - Apresentações folclóricas, artísticas e culturais, confecção e moda, cenografia, montagem de shows e espetáculos, gastronomia popular, produção audiovisual, artesanato.

APL Festejos Populares do Município de São Cristóvão

Cidade – Aracaju

Estado – Sergipe

Ramo de atividade - Apresentações folclóricas, artísticas e culturais, confecção e moda, artesanato, atividades artístico-culturais, montagem de shows e espetáculos, gastronomia, produção audiovisual.

APL Mata Norte Criativa

Cidade – Goiana

Estado – Pernambuco

Ramo de atividade - Música, audiovisual, artesanato, festas populares, literatura, moda, gastronomia, turismo cultural, design, artes e espetáculo.

APL Movimento Artístico e de Proteção Ambiental – MAPA

Cidade - Nova Lima

Estado – Minas Gerais

Ramo de atividade - Artes e espetáculo, artes visuais, patrimônio e acervo cultural, arte e educação, audiovisual, publicação e mídia impressa.

APL Artesanato de Rondônia

Cidade - Porto Velho

Estado – Rondônia

Ramo de atividade - Artesanato, feiras e exposições, design e moda, joias e bijuterias.

APL Artesanato de Capim Dourado do Jalapão

Cidade – Mateiros

Estado – Tocantins

Ramo de atividade - Artesanato, feiras e exposições, design e moda, joias e bijuterias.



APL Comunidades Tradicionais em Rede – IFG

Cidade – Uruaçu

Estado – Goiás

Ramo de atividade - Artesanato, feiras e exposições, confecções, design e moda, joias e bijuterias, audiovisual.

APL Teares do Xixá

Cidade – Itapuranga

Estado – Goiás

Ramo de atividade - Artesanato, atividades de representação material e imaterial da cultura popular, design e moda.

APL Bonés de Apucarana

Cidade – Apucarana

Estado – Paraná

Ramo de atividade - Confecções e vestuário, moda e design, acessórios.

APL Confecções e Moda Leste Fluminense

Cidade - São Gonçalo

Estado – Rio de Janeiro

Ramo de atividade - Confecções e têxtil, moda e design, acessórios.

APL Confecções e Moda Noroeste Fluminense

Cidade – Itaperuna

Estado – RJ

Ramo de atividade - Confecções e têxtil, moda e design, acessórios.

APL Marca Brasília

Cidade – Brasília

Distrito Federal

Ramo de atividade - Confecções e têxtil, moda e design, acessórios.

APL Moda e Design Polo Metr pole

Cidade – Belém

Estado – Pará

Ramo de atividade - Confec es e têxtil, cria o, moda e design.

APL Moda ótima de Frecheirinha

Cidade – Frecheirinha

Estado – Ceará

Ramo de atividade - Confec es e têxtil, moda ótima, design.

APL Audiovisual da Zona da Mata

Cidade – Cataguases

Estado – Minas Gerais

Ramo de atividade - Audiovisual, cinema, capta o de recursos, produ o de conteúdo, multim dia.

APL Audiovisual de Goiânia

Cidade – Goiânia

Estado – Goiás

Ramo de atividade - Audiovisual, produ o, distribui o e exposi o para cinema, tv e multim dia.

APL Audiovisual do Rio Grande do Norte

Cidade – Natal

Estado – Rio Grande do Norte

Ramo de atividade - Audiovisual: criação, produção, finalização, distribuição, exibição, difusão, conservação, preservação para formação do patrimônio audiovisual.

APL Territórios Criativos

Cidades - Quissamã, Madureira, Parati e Cariri

Estados – Rio de Janeiro e Ceará

Ramo de atividade - Audiovisual para produção, agenciamento e desenvolvimento de projetos das diversas expressões culturais do país.

APL Jogos Digitais

Cidade - Porto Alegre

Estado – Rio Grande do Sul

Ramo de atividade - Produção de jogos digitais, audiovisual, multimídia, música, design, publicidade, tecnologia da informação.

APL Polo Naval e de Energia do Rio Grande e Entorno

Cidade - Rio Grande

Estado – Rio Grande do Sul

Ramo de atividade - Indústria de transformação: siderurgia, caldearia, subsea, navieças, construção e montagem, serviços de engenharia.

Rota do Mel – Projeto Apisfrut

Órgãos integrantes - Ministério da Integração Nacional, IFES e Codevasf.

Ramo de atividade - Apicultura, polinização, produção de mel, própolis e derivados do mel.

Rota do Cordeiro

Órgãos integrantes - Ministério da Integração Nacional e EMBRAPA.

Ramo de atividade - Ovinocaprinocultura: carnes, peles, leite e derivados.



ENCERRAMENTO

No dia 10 de dezembro, no encerramento da 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, o Secretário de Desenvolvimento da Produção, Carlos Gadelha, juntamente com a Coordenadora Geral de Arranjos Produtivos Locais, Gabriela Maretto Figueiredo, entregaram o Prêmio Melhores Práticas em APLs de Base Mineral 2015, mantida e coordenada pela parceria do Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pelas práticas inéditas no setor produtivo de base mineral, cujos resultados apresentam ganhos ambientais, financeiros e de mercado, ao APL em Agrominerais no Sudoeste Goiano Jataí/GO de aproveitamento de rejeito de pó de brita.

Encerramento da 7ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais



Fonte: Instituto Intercidadania, 2015.

Gadelha ressaltou que a grande lição dos três dias do evento é que se deve articular a dimensão do dinamismo econômico, inclusão social e regional e a interação entre os APLS.

Devem-se promover estratégias de desenvolvimento, promovendo melhores condições para os APLS, permitindo, desta forma, a interação entre estados, regiões e instituições governamentais, de forma a fazer desta Conferência um marco para a

promoção de uma agenda mínima para a efetivação de uma política de governo com estratégias nacionais.

Finalizando, enalteceu a participação de todos os presentes, em especial às instituições públicas e privadas que auxiliaram na construção das atividades correlacionadas aos APLs, fazendo desta Conferência um espaço democrático para discussão de novas e melhores práticas relacionadas aos APLs, bem como na construção de políticas públicas sociais, industriais e sustentáveis para o desenvolvimento do país.

CONCLUSÃO

A 7ª CBAPL, cujo tema central foi: Dinamização das Cadeias Produtivas e Inclusão Social, contou com uma ampla gama de eventos e atividades, preparada com uma programação especial com painéis, mesas temáticas, casos de sucessos, oficinas, minicursos e palestras, contando com a interação de diversos atores econômicos e sociais, representados por instituições públicas e privadas, cujo centro de atuação se consubstancia nos Arranjos Produtivos Locais, espalhados pelo Brasil.

Esta Conferência buscou a interação e articulação entre os diversos setores políticos, econômicos e sociais atinentes à problemática dos APLs para possibilitar o aprimoramento das políticas públicas industriais nacionais voltadas aos Arranjos Produtivos Locais. Para tanto, é necessário que seja fomentado o vínculo entre esses aglomerados, bem como o estímulo ao desenvolvimento econômico, político e social do país de forma a se superar as desigualdades territoriais, regionais e nacionais a partir de uma política pública sustentável e de longo prazo que considere as especificidades de cada região.

Abordando diversos temas a respeito dos APLs, expondo estes através de variadas vertentes econômicas, sociológicas e históricas, a Conferência proporcionou

aos presentes no evento um debate profundo e concreto acerca das questões pertinentes à matéria, mediando a interação entre os participantes de diversas áreas, propiciando o mútuo debate para o engrandecimento da discussão, de forma a tornar este Evento em um importante marco teórico e prático para o desenvolvimento e execução de uma política pública industrial que leve em consideração os diversos conhecimentos e experiências compartilhadas pelos atores dos APLs no país.

A partir das atividades realizadas na 7ª CBAPL, possibilitou-se o necessário diálogo entre os diversos atores econômicos, sociais e políticos, havendo partilha de conhecimentos e experiências pelos diversos entes das esferas pública e privada que integram e se relacionam com os APLs, fazendo deste evento um ponto estratégico para a discussão de políticas nacionais voltadas aos Arranjos Produtivos Locais.

IMAGENS DO EVENTO²



Estandes dos Patrocinadores

Coffee Break



² Fotos – Instituto Intercidadania, 2015.

Estandes dos Expositores



Estandes dos Expositores





Pré-événos

Pré-événos





Dinamização das Cadeias Produtivas e Inclusão Social

APL Petróleo, Gás e Naval





Apresentações Artísticas

Apresentações Artísticas

